

# História do jornalismo no Rio Grande do Norte: jornalismo e política na província

Gustavo Leite Sobral<sup>1</sup>  
Juliana Bulhões Alberto Dantas<sup>2</sup>

*History of journalism in Rio Grande do Norte:  
journalism and politics in the province*

Revista Galo v. 6 n. 12  
<https://doi.org/10.53919/g1211>

---

**Resumo.** As relações políticas, os cargos públicos, a propriedade de jornais, a história da política e da imprensa da província do Rio Grande do Norte no Império se confundem com a biografia das figuras que transitaram pela política e utilizaram os jornais como suporte e ferramenta. Nesse contexto, é objetivo deste artigo de caráter descritivo discorrer sobre a história do jornalismo no Rio Grande do Norte no século XIX por meio da investigação acerca da política praticada na província sertaneja, pois identificamos que são duas searas indissociáveis. Para tal, em um primeiro momento nos debruçamos sobre uma contextualização do jornalismo (e da imprensa) praticado à época e seus marcos; dissertamos sobre o sistema político vigente; buscamos compreender a interseção entre política e jornalismo; elencamos os veículos surgidos durante esse período; e tecemos análises contextuais sobre esse jornalismo.

**Palavras-chave.** Jornalismo. História do Jornalismo. Jornal. Rio Grande do Norte.

**Abstract.** Political relations, public office, newspaper ownership, and the history of politics and the press in the province of Rio Grande do Norte during the Empire are intertwined with the biographies of the figures who were involved in politics and used newspapers as a tool and support. In this context, the objective of this descriptive article is to discuss the history of journalism in Rio Grande do Norte in the 19th century through an investigation into the politics practiced in the backlands, since we have identified that these are two inseparable areas. To this end, we first look at the contextualization of journalism (and the press) practiced at the time and its milestones; we discuss the current political system; we seek to understand the intersection between politics and journalism; we list the media outlets that emerged during this period; and we make contextual analyses of this journalism.

**Keywords.** Journalism. History of Journalism. Newspaper. Rio Grande do Norte.

## Introdução

Este estudo é parte de uma série de pesquisas empreendidas pelos autores acerca da história do jornalismo no Rio Grande do Norte que teve início em 2016, com um levantamento sobre

---

<sup>1</sup>Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM-UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6130-988X>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4597440453072251>. E-mail: [gustavo@gustavosobral.com.br](mailto:gustavo@gustavosobral.com.br).

<sup>2</sup>Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (FAC-UnB). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6221-2696>. ID Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6317449171496875>. E-mail: [julianabulhoes.ad@gmail.com](mailto:julianabulhoes.ad@gmail.com).

biografias, autobiografias e memórias de jornalistas brasileiros do século XX, e que seguiu adiante, contribuindo para as pesquisas em história do jornalismo, biografia e crônica<sup>3</sup>.

Uma outra faceta deste interesse reside no registro memorialístico que os autores empreenderam a partir da coleta de depoimentos de jornalistas e que resultou na publicação do livro *Memórias do jornalismo no Rio Grande do Norte* e, em seguida, outro acerca da história do jornalismo de mulheres jornalistas do Rio Grande do Norte, entre as décadas de 1970 e 2010.

Uma história do jornalismo local que começa a ser contada a partir da catalogação dos jornais com a publicação de Fernandes (1998), período que vai desde 1832 a 1908, e para a qual estes autores procuraram também contribuir ao se dedicar a compor um levantamento bibliográfico acerca do tema e a pesquisar aspectos da história do jornalismo em estudos sobre o primeiro jornal, o primeiro tipógrafo, a primeira reportagem publicada, a primeira jornalista mulher e ao qual este artigo sobre o jornalismo político é parte, desdobramento e continuidade.

É certo e sabido que a história do jornalismo no Rio Grande do Norte ainda é uma história a ser escrita, sobretudo, um capítulo que antecede o emprego da impressão *offset*, do jornalismo-empresa, do jornalismo que se praticava entre os ruídos das máquinas de escrever, em redações tomadas pela fumaça dos cigarros e que se estendia no pós-expediente ao bar da esquina, neste retrato romantizado do que foi o jornalismo no século XX.

Existe uma pré-história do jornalismo que é tanto a continuidade deste, quanto sua base fundante, ou pode até ser um antagonista, e que é simplesmente desconsiderada pelos estudos do jornalismo, pois a história do jornalismo que se conta é a do século XX, do glamour dos grandes veículos.

A história do jornalismo começa bem antes disso e, no Rio Grande do Norte, podemos identificar como marco fundante a publicação do *O Natalense*, cujo primeiro número saiu em 1832, impresso em províncias vizinhas e que depois ganhou uma tipografia própria instalada na cidade do Natal. É o começo de tudo.

Em contexto, é preciso relembrar que antes disso não havia imprensa no Brasil, porque era proibida. A permissão é advento da mudança da corte portuguesa para o país em 1808,

---

<sup>3</sup>Os autores publicaram os seguintes trabalhos: Artigos – Zila Jornalista. *Revista da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras*, v. 62, p. 68–73, 2020; Zila Mamede, jornalista. *Passagens*, v. 10, p. 46–56, 2019; Crônica: jornalismo autobiográfico nos jornais da cidade do Natal (1950–1980). *Temática*, v. XIV, p. 16–29, 2018; Jornalismo e literatura: a crônica de Rachel de Queiroz. *Letras Escreve*, v. 8, p. 241–257, 2018; A biografia como fonte documental para pesquisas sobre história do jornalismo: impressões a partir de Chatô, o rei do Brasil. *Temática*, v. 13, p. 222, 2017; A faceta jornalística de Rachel de Queiroz: perspectivas biográficas. *Temática*, v. 13, p. 15–28, 2017; Rachel de Queiroz, jornalista. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 14, p. 39–50, 2017; narrativas autobiográficas na crônica de Berilo Wanderley. *Revista Passagens*, v. 8, p. 123–134, 2017; O uso de biografias e autobiografias de jornalistas na construção da história do jornalismo brasileiro. *Temática*, v. 12, p. 206–221, 2016; Rubem Braga, jornalista: o cronista repórter. *Leituras do Jornalismo*, v. 2, p. 85–98, 2016; Livros - *Memórias do Jornalismo no Rio Grande do Norte*. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018. *Jornalismo, biografia e crônica*. Campina Grande, EDUEPB, 2023; *História do jornalismo no Rio Grande do Norte (1832–1889)*. Natal: Biblioteca Ocidente, 2025. *Memórias do Jornalismo no Rio Grande do Norte: As jornalistas*. Natal: Biblioteca Ocidente, 2025.

quando uma série de mudanças foram impostas, dentre elas, a permissão para imprimir livros e jornais. Foi um passo para que jornais começassem a nascer nas províncias.

Neste ano foram publicadas as primeiras edições da Gazeta do Rio de Janeiro (jornal institucional produzido pela Imprensa Régia) e do Correio Braziliense (jornal editado em Londres pelo brasileiro Hipólito José da Costa, livre de censura e controle da Imprensa Régia); estes foram assim, os primeiros jornais a circular no país, com público restrito devido ao analfabetismo quase absoluto dos habitantes do Brasil colônia (Bulhões; Renault, 2023).

O surgimento de um primeiro jornal é um marco que se tece e se faz também por outros marcos significativos, pois para fazer jornais era preciso uma tipografia e a figura do tipógrafo, o profissional responsável a tornar o jornal possível, e, se era necessário o equipamento, também era preciso de quem operasse aquela tecnologia nova.

É preciso entender também este jornalismo fundante como um avanço, por empregar tecnologia de ponta para confeccionar jornais e distribuir informes, notícias e ideias. Assim, não se conta esta história sem a história da tecnologia empregada e do seu operador.

Os jornais nascem no contexto de um Brasil colônia, ou melhor, vice-reino de Portugal, com a corte instalada no Rio de Janeiro; esses periódicos rapidamente se espalham pelas províncias e se consolidam com um Brasil independente politicamente de Portugal e, na sequência, um Brasil imperial e sua pluralidade de jornais.

A imprensa no Império era livre, pois livre era a iniciativa para criação de jornais, que foram tantos nas províncias. Todos de vida curta e continuados ao sabor das mudanças de gabinete e das dissidências dentro dos próprios grupos partidários, pois eram os jornais vinculados aos partidos políticos, despejando a ideologia e os rumores do momento de forma apaixonada e radical.

Uma diversidade de títulos de existência breve, vocacionados para uma atitude panfletária nas disputas e querelas, na polvorosa que foi a primeira metade do século XIX no Brasil: Independência, Primeiro Reinado, revoltas mil, e, depois da Maioridade, o Segundo Reinado.

Um jornalismo que se fez também aos sabores do termômetro político, base da produção editorial. Na expressão de Barbosa (2010), o jornalismo praticado consistia em uns falando para os outros, uns contra os outros e, assim, a imprensa e os jornalistas criaram uma espécie de teatralização da política e dos temas do cotidiano.

Se se conta este cenário como um desenho da primeira metade do século XIX, ou dos primeiros cinquenta anos de jornalismo no Brasil, é preciso pensar que novas nuances vão se apresentar na segunda metade, e não se fala só do que mais se destaca, ou seja, as ideias republicanas e a causa abolicionista, mas dos jornais irem pouco a pouco envolvendo outros temas.

O longo Segundo Reinado, quando se alternam no governo, de forma precária, com as constantes interferências do Poder Moderador, conservadores e liberais, e a presença de maquinário e técnicos para operá-los com a instalação das tipografias, viu o florescimento dos jornais que nas províncias viviam como veículos dos partidos. Um jornalismo político e

noticioso empreendido por redatores que eram os letrados bacharéis em Direito e Medicina, figuras que tomavam assento como deputados nas assembleias provinciais.

Este contexto é o berço do jornalismo no Brasil, coisa recente, pois se o marco é 1808, há pouco ultrapassou os duzentos anos de atividade e, em se tratando do jornalismo do Rio Grande do Norte, cujo marco é a publicação de *O Natalense*, em 1832, ainda não chegamos nessa marca. Sem contar que, com o fim deste jornal em 1837, e era o único, só vão aparecer jornais no estado no final dos anos 1840, ou seja, o pleno estabelecimento da imprensa no Rio Grande do Norte é mais recente do que se pensa.

No Rio Grande do Norte consta ainda, para além deste jornalismo político partidário, no século XIX, a existência de jornais vinculados a grêmios e grupos juvenis, jornais recreativos, literários, voltados especificamente para o público feminino, jornal espírita, jornal maçom, mas o que prevalece mesmo numa linha quase contínua sem interrupções, em longa duração, é o jornalismo partidário vinculado aos dois partidos políticos existentes à época: o jornalismo político conservador e o liberal.

É este jornalismo do século XIX, que nasce e vive em um Brasil Imperial excludente, escravocrata e analfabeto, o primeiro jornalismo, aquele em que a prática do jornalismo tem por único meio e por única medida o jornal impresso, portanto, neste período, a história do jornalismo é a história da imprensa e a história da imprensa é a história do jornalismo.

Nesse contexto, é objetivo deste artigo de caráter descritivo discorrer sobre a história do jornalismo no Rio Grande do Norte no século XIX por meio da investigação acerca da política praticada na província sertaneja, pois identificamos que são duas searas indissociáveis.

Para tal, em um primeiro momento nos debruçamos sobre uma contextualização do jornalismo (e da imprensa) praticado à época e seus marcos; dissertamos sobre o sistema político vigente; buscamos compreender a interseção entre política e jornalismo; elencamos os veículos surgidos durante esse período; e tecemos análises contextuais sobre esse jornalismo.

## **Jornalismo e imprensa**

Jornalismo naquele tempo era imprensa. Um jornalismo que se fez em papel jornal por tipografias, tipógrafos e redatores. Jornalismo era prática de redatores e articulistas que escreviam a matéria do jornal, costumeiramente sem assinatura ou sob pseudônimo, e dos tipógrafos-compositores que traduziam os garranchos manuscritos na composição dos tipos móveis e os imprimiam em papel jornal.

Não havia um expediente nos jornais que registrasse estes seus compositores, tampouco os textos eram assinados e quando em sua maioria figuravam as iniciais ou pseudônimos ao final de cada matéria, e só muito depois no cabeçalho começaram a ser nomeados os redatores. Esta prática é coisa do jornalismo do século XX no Brasil.

Este primeiro jornalismo era praticamente anônimo, por isso a importância de trabalhos como o de Fernandes (1998), que fixaram na medida do possível os proprietários, redatores e principais colaboradores dos jornais que circulavam no Rio Grande do Norte no século XIX.

É a partir do levantamento realizado por ele, compondo um catálogo de jornais do período de 1832 a 1908, em atenção a um pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na efeméride das comemorações do primeiro centenário da imprensa no Brasil, e depois publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na década de 1910, e, em livro, nos anos 1990, que é possível recuperar os títulos existentes e seus colaboradores.

Um jornalismo que era opinião, em forma de artigos; um jornalismo que publicava os atos oficiais, na forma de comunicados, editais, leis etc.; um jornalismo que praticava informes diversos, chegadas e partidas marítimas, um pouco de literatura e divertimento, como charadas, quadrinha etc. Um jornalismo que era político partidário e unia notícias, opinião, utilidade pública, literatura e entretenimento.

Nada sabemos sobre a tiragem e a circulação, tampouco sobre os equipamentos utilizados para a sua confecção, embora saibamos das casas tipográficas, seus impressos e endereços, pois são informações que constam nas páginas do jornal.

Os jornais não eram diários, ou saíam em dias determinados, ou alternados, a periodicidade era ao sabor de cada veículo e eram essencialmente políticos e partidários, como já mencionamos, e assim se intitulavam e tomavam partido.

É a base geral sob a qual soam as variações que um olhar debruçado sobre as figuras dos redatores desses jornais, seus arranjos políticos e suas relações de parentesco é capaz de traçar um percurso entre um veículo e outro, entre uma gazeta e outra, a que prescinde conhecer o sistema político partidário e suas engrenagens como condição para entender as engrenagens sobre as quais se praticava este jornalismo.

## **Política e jornalismo na província**

O sistema político instituído pela Constituição Imperial de 1824 era o monárquico-constitucional que incluía a representação popular e a separação dos poderes. Entre os anos de 1831 e 1840, vivia-se o período regencial, cujos regentes eram eleitos pelo voto popular. É neste contexto que o jornalismo vai se estabelecer no Rio Grande do Norte. Nasce os jornais, assumindo também o papel de publicações oficiais, espécie de diário oficial da província, quando o veículo era partidário do governo em exercício, ou seja, ao presidente da província.

Acontece que os presidentes eram substituídos de dois em dois anos, então se ele não fosse simpático ao jornal, mudava para outro de seu agrado, ou fundava-se uma gazeta para tanto, como se verá.

A Constituição de 1824 garantia a liberdade de imprensa, explícito no artigo 179, inciso IV: “Todos podem comunicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar” (Brasil, 1824a p. 01).

Sob este preceito se fez jornalismo no Brasil durante o período imperial. Mas para além da Constituição, houve um Ato Adicional que foi responsável por fundar a estrutura político-

-administrativa das províncias e que traçou também, de alguma forma, os caminhos que o jornalismo iria assumir neste século XIX.

Foi o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 (Brasil, 1824b) o responsável pela grande mudança na estrutura política e governamental do Império. O Ato reduziu a centralização política e administrativa e criou as Assembleias Legislativas Provinciais, em substituição aos Conselhos Gerais instituídos pela Constituição de 1824.

Cada uma das assembleias legislativas devia contar com 36 membros nas Províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo; 28 no Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul; e 20 em todas as outras - incluindo a província do Rio Grande do Norte.

As eleições corriam assim: era preciso uma renda mínima para participar, prática comum no sistema eleitoral da época também em outros países – os únicos que não exigiam renda e permitiam o sufrágio universal masculino eram a França e a Suíça, e isso após 1848. O voto era obrigatório e as eleições dividiam-se em dois grupos: os votantes e os eleitores. Os votantes escolhiam os eleitores e os eleitores elegiam deputados e senadores.

Podiam ser votantes os homens com idade mínima de 25 anos e que tivessem pelo menos 100 mil réis de renda ao ano, o que incluía entre os votantes assalariados e pequenos proprietários. Os eleitores, por sua vez, deveriam ter uma renda de pelo menos 200 mil réis ao ano. Para ser candidato, também havia uma exigência de renda mínima.

Os mandatos para a assembleia tinham duração de dois anos e cabia reeleição. Os deputados provinciais eram invioláveis pelas opiniões emitidas no exercício da função e deveriam receber uma pecúnia e ajuda de custos caso não residissem na cidade onde se instalava a assembleia.

A política no Império foi o tempo todo marcada pela alternância do poder entre os dois partidos dominantes: o conservador e o liberal, como mencionamos anteriormente. Os conservadores defendiam um estado central forte; os liberais, a descentralização política e administrativa.

O Partido Conservador reunia os burocratas, os comerciantes e os proprietários de terra cuja produção destinava-se à exportação; o Liberal, reunia os profissionais liberais e os proprietários de terras cuja produção estava voltada ao mercado interno. Depois que vieram os partidos Progressista e Republicano.

No Rio Grande do Norte, a primeira Assembleia Legislativa Provincial foi eleita em 10 de novembro de 1834. Na Igreja Matriz, em Natal, sede da província, os 70 eleitores habilitados votaram em 121 nomes e escolheram os 20 deputados. Dos eleitos, funcionários públicos, e foram eles: um magistrado, nove padres e proprietários de terras, que em sua maioria formavam a Guarda Nacional.

Segundo Carvalho (2020), os eleitos e os eleitores constituíam uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Eram os letrados que possuíam renda suficiente não só para votar como para serem votados. No Rio Grande do Norte, além de serem os alfabetizados, sabendo ler e

escrever, eram os que haviam cursado a Faculdade de Direito em Olinda (depois transferida para o Recife) e a Faculdade de Medicina da Bahia e, quando padres, o Seminário de Olinda.

Muitos dos deputados passaram pelo judiciário, na função de promotores e magistrados, alguns foram chefes de polícia, exercendo ao longo da vida outras carreiras no judiciário e na máquina pública. Os padres, por sua vez, eram funcionários não só da Igreja Católica, mas também do Estado, pagos pelo Governo Central.

Lyra (2008) descreve os primórdios deste cenário local, nada mais do que uma amostra do que corria pelo país: nos primeiros anos não havia arregimentação partidária, a política vivia em torno dos presidentes de província, solicitando graças e favores.

Embora coubesse ao Imperador, por prerrogativa constitucional, nomear os presidentes de província, o soberano seguia a nomeação dos ministérios que nomeavam os presidentes ao seu interesse. A presidência da província, portanto, se tornava uma extensão do governo central e sujeita aos seus humores. Era uma forma de controle.

Os presidentes de província, assim, acompanhavam os ministérios, se o ministro fosse liberal, o presidente vinha dos liberais; se conversador, seria conservador. O mesmo acontecia nas províncias, liberais e conservadores alternavam-se no poder a depender do gabinete em exercício. Tão descontinuadas e ligeiras se tornaram as governanças nas províncias quanto eram as durações dos ministérios.

Para Holanda (2010), os presidentes de província se tornaram praticamente agentes para garantir nas províncias a vitória do ministério nas eleições. O presidente da província, para tanto, contava com o auxílio dos chefes de polícia, delegados, subdelegados e da Guarda Nacional. É esta engrenagem que movimenta a roda da vida na província: o papel do presidente nomeado pelo poder central e as assembleias provinciais.

Em 1840, os conservadores aprovaram no parlamento uma interpretação do Ato Adicional que reduzia os poderes dos presidentes de província, inclusive, à nomeação e transferência de funcionários. A reviravolta liberal, em contrapartida, veio com a campanha para antecipação da Maioridade de Dom Pedro II.

Os liberais formaram um governo que não durou um ano e vieram novamente os conservadores a desmanchar as medidas dos liberais e as eleições que haviam sido realizadas. Esta seria a vida política do império: constituir e desmanchar, desmanchar e constituir.

A antecipação da maioridade de Dom Pedro II marca o início do II Reinado, que vai de 1840 até a Proclamação da República em 1889, um novo tempo para a Assembleia Provincial e um novo capítulo para o jornalismo no Rio Grande do Norte. É definitivamente no final da década de 1840 que o jornalismo vai se sedimentar de forma perene em títulos que se sucedem tanto do lado dos liberais, quanto dos conservadores, compondo um contínuo.

Os deputados provinciais, por sua vez, se articulavam em torno dos seus propósitos. Alguns nomes desapareceram nas primeiras legislaturas, outros se perpetuaram escrevendo não só a sua história política, mas também a história política do Rio Grande do Norte do Império e, por conseguinte, a história do jornalismo.

Observar as listas dos eleitos, legislatura a legislatura, faz destacar nomes de algumas figuras que permaneceram por diversos mandatos, eleitos e reeleitos 3, 4, 5, 7 e até 9 vezes (Casudo, 1972), e, não só isso, foram estas figuras as que fundaram e geriram os jornais.

Mudanças nas regras eleitorais tinham a intenção de provocar novos arranjos nas províncias e, conseqüentemente, alterações no jogo político, refletindo também na manutenção dos jornais que eram subordinados a estes grupos. Quando o decreto 842 de 19 de setembro de 1855 (Brasil, 1855) elevou o número de deputados em Goiás, Rio Grande do Norte e Mato Grosso a 22, a província foi dividida em distritos eleitorais.

O decreto não só dividiu a província em distritos, mas também estabeleceu o sistema de eleições por círculos e as condições de inelegibilidade, proibindo funcionários públicos de concorrerem nos seus distritos. A divisão em distritos correspondia ao número de deputados na assembleia geral. O Rio Grande do Norte possuía dois deputados, portanto, ficaria dividido em dois distritos. Cada distrito elegeria 11 deputados provinciais.

Mudanças que na prática não beneficiavam os eleitores, pois, como aponta Carvalho (2020) a manutenção do envolvimento popular em níveis baixos foi um traço marcante do sistema político do Império, completamente excludente.

Isto favorecia a perpetuação e continuidade destes mesmos grupos atuando nos partidos conservador e liberal e publicando os jornais de seus órgãos políticos, de maneira que o jornalismo provincial se fez ao espelho de sua política: não somente partidário, mas também excludente.

Um arranjo que um dia teve um fim; foi abalado com a queda dos conservadores e a última ascensão liberal com o Gabinete de Ouro Preto em 1889, que chegou na província com o dismantelo dos partidos existentes e a fundação do Partido Republicano e do jornal *A República*. Os conservadores perderam a liderança; e entre os liberais, houve segregações. Chegou no dia 15 de novembro de 1889, pondo fim à monarquia e à assembleia provincial.

E, por tabela, uma nova ordem, e uma nova possível história para o jornalismo não muito diferente da que havia sido, pois estas velhas figuras que fizeram a política e o jornalismo no Império foram as mesmas que permaneceram a ditar as cartas na república recente. Mas esta é uma outra história. Para entender o jornalismo praticado no Rio Grande do Norte no Império é importante conhecer os veículos, seus proprietários e seus redatores que não são outros que os deputados da Assembleia Provincial.

## **Jornais políticos**

Jornalismo e política eram indissociáveis, pois eram as ideias, as paixões e os candidatos dos partidos a razão de existirem os jornais em sua quase plena maioria. Uma divisão clara que separa, de um lado, os jornais que atendiam aos interesses (e pertenciam) dos conservadores; e, por outro lado, os liberais, no jogo de atuação nas assembleias provinciais e em torno dos presidentes da província.

Esta é a tônica do jornalismo, entre conservadores e liberais, acompanhando na província os movimentos políticos com as trocas constantes dos presidentes das províncias que acompanhavam as mudanças de gabinete.

Os jornais começaram a nascer no Brasil por iniciativas de grupos políticos. Diferente não foi a história de *O Natalense* no contexto dos idos de 1832. O fundador, o Padre Guerra, foi quem instalou e presidiu a Assembleia Provincial no Rio Grande do Norte e tinha a benesse da amizade com o regente Feijó. O Rio Grande do Norte precisava de um veículo também para a impressão dos atos oficiais.

Entre 1832 e 1889, surgem no Rio Grande do Norte diversos veículos, jornais impressos, reunindo as respectivas agremiações, a começar pelo *O Sulista* e *O Nortista*, arregimentando os respectivos correligionários. Nortistas e Sulistas que dariam lugar definitivamente às alcunhas Conservadores e Liberais que farão o jogo político no Império até o aparecimento da República.

Especificamente em 1849 surgem *O Nortista* e *O Sulista*. E, para além deles, *O Brado Natalense*, redigido por João Valentino Dantas Pinagé, que seguia a mesma orientação política de *O Nortista*, de quem era “filho abortivo”, na expressão crítica dos adversários.

*O Nortista* dizia-se político e moral e pertencia aos bacharéis Jerônimo Cabral Raposo da Câmara e aos seus irmãos Otaviano Cabral Raposo da Câmara e Leocádio Cabral Raposo da Câmara. Já *O Sulista* foi um jornal de ocasião, veio para defender a candidatura de Moraes Sarmento a deputado geral, objetivo combatido pelo *O Nortista*. Ao que se dizia, era o redator d'*O Sulista* o próprio candidato, que o publicava na capital do Maranhão. Feita a eleição e Sarmento eleito deputado, o jornal desapareceu.

Vale ressaltar que a vida dos jornais era apenas aparentemente breve, pois se morriam os títulos, mas a essência se perpetuava na continuidade do grupo que os publicavam e na mesma defesa partidária nascendo sob um novo título de jornal.

Em 1851, o falecido *O Nortista* se transforma em *O Constitucionalista Nortista*, que obedecia à direção política dos irmãos Cabral já mencionados e substituía o jornal na defesa de suas ideias. Já *O Brado Natalense*, redigido por João Valentino Dantas Pinagé, também conservador, vai ser sucedido, em 1851, pelo *O Clarim Natalense*; ao qual, *O Argos Natalense*, de José Moreira Brandão Castello Branco, de orientação liberal, vinha se opor e que já em 1852, se tornava *O Jaguarary*, homenagem ao indígena potiguara Simão Soares.

*O Jaguarary* substituiu *O Argos Natalense* pelo mesmo Moreira Brandão que era o seu redator, e, como o seu antecessor, era particularmente político e dedicado ao partido liberal.

Os liberais, mais à frente, vão se reunir em uma nova publicação, *O Rio Grandense do Norte* (1858–1862), redigido, entre outros, por Moreira Brandão, chefe do mesmo partido, Luiz Carlos Wanderley, Vicente Inácio Pereira e Luiz Rodrigues de Albuquerque; enquanto isso, os conservadores fizeram oposição por meio do jornal *O Dois de Dezembro* (1859–1862), sob a direção política de Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. Jornal que, posteriormente, passaria a ser *O Correio Natalense* (1862–1868), sob a mesma direção.

Havia também as dissidências, e este foi o caso para o surgimento de *O Progressista* em 1862. Uma fracção do Partido Conservador, sob a direcção do coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, e outra do Liberal, sob a chefia de Moreira Brandão, uniram-se, formando um novo partido. Em 1863, Olinto Meira assumiu a administração e o jornal passou a defender o governo e a publicar os atos oficiais. Entre os redatores, Luiz Carlos Wanderley e Vicente Ignacio Pereira. Já em 1866, *O Progressista* passou a chamar-se *O Rio-Grandense*, continuando a publicar o expediente do governo.

Em oposição ao jornal *O Progressista*, aparece *O Liberal do Norte* (1868–1872), que nada mais era que uma nova versão de *O Correio Natalense* de Amaro Cavalcanti, redigido pelos quatro primeiros membros do diretório: Amaro Cavalcanti (presidente), Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco (secretário), Luiz Rodrigues de Albuquerque e Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares. Entre os colaboradores, registram-se José Maria de Albuquerque Mello, Vicente Ignacio Pereira, Manuel Januário Bezerra Montenegro e Joaquim Maria Carneiro Vilella.

Acontece que os movimentos políticos constantes trouxeram mais mudanças no jogo das publicações partidárias. Em 1869, aparece *O Conservador*. A facção conservadora chefiada pelo coronel Bonifácio voltou a seu legítimo posto de ação e o fundou como jornal político e noticioso partidário da administração da província, rompendo com os Cabral. Só com a reconciliação entre os dois grupos conservadores, depois de uma interrupção na publicação, *O Conservador* voltou à sua antiga posição de folha oficial.

Foi o que teve vida mais longa, pois, não obstante as interrupções, viveu doze anos. Foram seus principais redatores: Francisco Gomes da Silva, Henrique Leopoldo Soares da Câmara, padre João Manuel de Carvalho e major Joaquim Guilherme de Souza Caldas.

Em 1872, Jerônimo Cabral Raposo da Câmara, que embora conservador nunca tenha se identificado com o coronel Bonifácio e seus correligionários, assumiu o governo da província na qualidade de seu vice-presidente e criou *O Constitucional*, que logo passou a publicar os atos oficiais. Publicava-se uma vez por semana com assinatura a 10\$000 por ano para a capital e 12\$000 para o interior da província; franqueava aos assinantes uma coluna para sua defesa e publicava gratuitamente os anúncios comerciais.

Retirando-se Amaro Bezerra para Pernambuco pouco depois da ascensão do partido conservador, em princípios de 1872, assumiu Moreira Brandão a chefia do partido liberal, pondo-se à frente da redacção de *O Liberal do Norte*, que passou a chamar-se simplesmente de *O Liberal*, jornal que rendeu até 1883. Este e *O Conservador* ficaram sendo, pois, os legítimos órgãos dos dois partidos durante mais de dez anos.

*O Liberal* pregava a liberdade da imprensa, do ensino, da consciência, do culto, da indústria e comércio; a descentralização, a independência da magistratura, a garantia de todos os direitos, a verdade das eleições e a pureza do governo representativo. Defendia o desenvolvimento do elemento democrático da constituição e uma maior amplitude e garantias das liberdades individuais e políticas.

Em 1877, aparece *A Situação*, jornal partidário dos conservadores, redigido por Henrique Leopoldo Soares da Câmara, dissidente do partido conservador e em oposição àquele jornal. Era impresso na tipografia Riograndense, cedida por seu diretor e proprietário Moreira Brandão. Henrique Câmara instalou o jornal na sua própria residência, a princípio, na Rua Nova, hoje Avenida Rio Branco e depois na Rua da Conceição.

Outro jornal de autor foi o *Correio do Natal* (1878–1889), redigido por João Carlos Wanderley. Quando, em 1885, caiu o partido liberal, defendia-o na imprensa, em substituição ao jornal *O Liberal*, há pouco desaparecido, por meio do *A Liberdade*, que neste caráter continuou até a Proclamação da República, quando desapareceu. Sem redatores ostensivos, sabe-se, entretanto, que, sob a direção do coronel José Bernardo de Medeiros, lugar-tenente de Amaro Bezerra, durante muito tempo esteve à frente da redação o jornalista Manuel do Nascimento Castro e Silva.

Fazia oposição ao jornal *Gazeta do Natal* (1888–1890), do Partido Conservador, e teve por redatores Manuel Porfírio de Oliveira Santos, cunhado e representante do padre João Manuel de Carvalho, diretor e proprietário do jornal e o chefe da política conservadora no segundo distrito da província; e Antônio de Amorim Garcia, representante de Tarquínio de Souza, chefe da mesma política no primeiro distrito.

É neste jogo que os jornais surgem e desaparecem para continuar em outros títulos acompanhando o movimento político, seja nas sucessões de presidentes das províncias, eleições para assembleia provincial, perpetuando-se como fundadores e redatores em suas alianças e relações de parentesco um mesmo time que por sucessivas legislaturas ocupou a Assembleia Provincial.

Assim, as relações, entre alianças e oposições, os cargos públicos, a propriedade de jornais, a história da política e da imprensa da província do Rio Grande do Norte no Império se confundem com a biografia das figuras que transitaram pela política e utilizaram os jornais como suporte e ferramenta. Torna-se imprescindível percorrer essas relações como forma de entender as configurações que traçaram o caminho do jornalismo no Rio Grande do Norte no Império.

### **Deputados, redatores, jornalistas**

Repassar algumas destas histórias pessoais é tarefa possível a partir dos dados biográficos traçados por Cascudo (1972) que revelam o quão similares eram estas trajetórias e as suas relações de parentesco e alianças, entre a política e o jornalismo: “Bacharel, deputado, político, são sinônimos brasileiros de jornalismo” (Cascudo, 1972, p. 362).

A proposta é valer-se da prosopografia, gênero de estudos e de narrativa que permite analisar em conjunto as biografias de pessoas que pertenceram a uma mesma categoria social, levando em conta que

Pode auxiliar a história, justamente, porque ela articula as trajetórias individuais, notadamente lançando mão da noção de geração, fazendo emergir entre elas, para além da vida singular de cada indivíduo e de suas ações isoladas, as articulações, as trocas, as interferências, as colaborações que estabelecem entre si, fazendo com que essas atitudes e trajetórias individuais terminem por configurar uma ação coletiva (Albuquerque Júnior, 2013, p. 120).

Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti, (Recife, 1825; Rio de Janeiro, 1890), bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda (1847), veio para o Rio Grande do Norte assumir o cargo de Promotor Público da Comarca de Maioridade (Martins) em 1848.

No ano seguinte, já atuava como aliado político do juiz de Direito João Valentino Dantas Pinajé (Acari, 1801; ?), bacharel por Olinda, em Direito, 1835, chefe do Partido Nortista de onde saiu o futuro Partido Conservador, diretor de *O Natalense*, de *O Brado Natalense* e do *Clarim Natalense*. Deputado Provincial por seis biênios, presidiu a Assembleia e, na condição de vice-presidente, a província.

Assumindo a presidência da província em 1850, o chefe liberal João Carlos Wanderley, por ser o vice, em razão da morte do presidente, que era conservador, Wanderley tomou a demitir os conservadores em Maioridade, foi o motivo para a revolta de Cavalcanti e Pinajé que se recusaram a cumprir as ordens de posse do presidente que não contou conversa e mandou a força pública cumprir a ordem, como a vice-presidência era interina a coisa toda se resolveu porque logo chegou o presidente conversador nomeado.

Em seguida, segundo Cascudo (1872), Amaro Cavalcanti foi galgando os degraus, vindo do sertão para o litoral, até se tornar na província o chefe político incontestado dos conservadores. Foi eleito cinco vezes deputado provincial por sucessivos biênios e chegou a Deputado Geral, eleito oito vezes.

Aproximou-se dos Cabral, parentes do coronel Bonifácio Câmara. Até que virou liberal em 1868, desbancando José Moreira Brandão Castelo Branco, que organizou o partido no Rio Grande do Norte. Foi então que Moreira Brandão e o Coronel Bonifácio se uniram para formar o Partido Progressista.

José Moreira Brandão Castelo Branco (Goianinha, 1828; Natal, 1895) era formado na Faculdade de Direito de Olinda (1849), foi Deputado Provincial por dez mandatos e presidente da casa inúmeras vezes, inclusive na última reunião da Assembleia Provincial em 1889. Moreira Brandão fundou jornais, inúmeros – *O Rio Grandense do Norte*, *O Progressista*, *O Rio Grandense*, *O Liberal* e *O Ceará-Mirim*.

Vicente Inácio Pereira (Natal 1833; Ceará-Mirim, 1888), médico, do Partido Liberal, chefiado por Moreira Brandão, Deputado Provincial por dois biênios, foi também redator *O Rio Grandense do Norte*.

Por sua vez, João Carlos Lins Wanderley (Açu, 1811; Sítio da Estrela, 1899) foi chefe dos liberais, sete vezes Deputado Provincial, quatro vezes vice-presidente da província, inventou

diversos jornais, inclusive, em 1847, enquanto vice-presidente, tentou criar a Imprensa Oficial. No dizer de Cascudo (1972), onde fixava morada, fundava um jornal. Entre os títulos que criou estão *O Açuense*, em Açu, primeiro jornal de lá, que se transformou no *Correio do Assú*; retornando a Natal, fez o *Correio do Natal*.

Seu genro, Luiz Carlos Lins Wanderley (Açu, 1831; Natal, 1890), médico, professor, romancista, poeta, teatrólogo, do Partido Liberal, tendo sido filiado ao Conservador, Deputado Provincial por seis biênios, também colaborou como redator de *O Rio Grandense do Norte*.

Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara (Natal, 1813–1884), Coronel da Guarda Nacional, ocupou diversos cargos públicos e foi seis vezes Deputado Provincial. Chefe do Partido Conservador, seu jornal, *O Conservador* é um exemplo da influência da política ao humor dos presidentes de província nomeados e de como esta relação redundou no jornal.

O presidente Pedro de Barros, ao preferir simpatizar com os Cabral e não com o Coronel Bonifácio, que suspendeu *O Conservador*, teve um novo revés com a nomeação do novo presidente e fez da folha de Bonifácio a oficial.

Dois sobrinhos do Coronel Bonifácio colaboraram com *O Conservador*: Henrique Leopoldo Soares da Câmara (Ceará, 1844; Rio de Janeiro, 1868), médico, cinco vezes Deputado Provincial; e Francisco Gomes da Silva (Natal, 1837; Recife, 1880), que fez o curso jurídico na Sorbonne, Paris, França, por graça de uma lei sancionada pelo presidente da província autorizando despesa anual para custear os estudos, concluindo-o em 1882. Foi Deputado Provincial por oito biênios e chegou a ser presidente da Assembleia.

O padre João Manuel de Carvalho (Natal, 1841; Rio de Janeiro, 1899), por sua vez, foi um dos conservadores bandeados para o lado do Coronel Bonifácio, de quem depois se apartou. Quando o Coronel faleceu em 1884, o Partido Conservador ficou dividido entre o Padre e o grupo de Tarquínio de Souza, fundando, respectivamente, os grupos da Botica e o da Gameleira.

Deputado Provincial por três biênios, o padre João Manuel começou escrevendo para *O Conservador*. Foi também redator de *O Correio Natalense*, juntamente com Guilherme de Souza Caldas (Natal, 1836–1898), este cinco vezes Deputado Provincial e adepto do seu grupo da Gameleira.

Outro agraciado com a ajuda de custos para estudar em Paris em 1859 foi Hermógenes Joaquim Barbosa Tinoco (Natal, 1839–1900), Deputado Provincial por três biênios e um dos quatro primeiros membros do diretório do Partido Liberal que se tornaram redatores de *O Liberal do Norte*, juntamente com Luiz Rodrigues de Albuquerque e Jefferson Mirabeau de Azevedo Soares. Também escreveu para *O Liberal*, que deu lugar ao *Liberal do Norte*.

Já Jerônimo Cabral Raposo da Câmara (Açu, 1821; São Gonçalo, 1900), bacharel em 1847, dono de engenho em Ceará-Mirim, dez vezes Deputado Provincial, presidindo a Assembleia em diversas ocasiões, e tendo governado a província na condição de vice-presidente, não se submetia ao parente Coronel Bonifácio.

Enquanto Jerônimo Cabral, o doutor Loló, dirigiu uma facção do Partido Conservador, com os seus irmãos Otaviano e Leocádio, conhecidos como os Cabral, fundou os jornais *O*

*Nortista, O Constitucional do Norte e O Constitucional*. Otaviano Cabral Raposo da Câmara (Açu, 1819;?, 1872), por sua vez, foi o chefe dos Cabral, bacharel em Direito por Olinda (1843), passou do Partido Nortista ao Conservador, Deputado Provincial por seis biênios, chegou a Deputado Geral. Governou a província, pois foi vice-presidente.

### **Considerações finais: jornalismo ontem e hoje**

A história do jornalismo não é só e apenas objeto de estudo da sua própria história factual e fonte documental útil para estudos diversos, mas é também uma ferramenta capaz de revelar a prática da mídia que não é tão e não muito diferente do mundo atual, por isso, a história do jornalismo tem uma importância e é uma necessidade que vai além do registro.

A história do jornalismo é um caminho para compreender também o presente. Traz muitos prejuízos a completa exclusão da história do jornalismo da pauta dos estudos do jornalismo para além da efeméride das datas comemorativas.

O jornalismo do século XIX está mais próximo do jornalismo do século XXI do que se imagina. Depende da tecnologia como meio e de um operador que a domine, é informativo, opinativo e provincial, pois é cada vez mais fragmentário, e continua a reproduzir os conceitos, preconceitos e necessidades de sua própria época, embora pregue a objetividade e a isenção como razão de ser e existir.

Se nasceu antes da democracia e da liberdade de imprensa, é parte destas duas conquistas e considerado a garantia para ambas. É a par destas considerações, que é possível voltar aos jornais do século XIX para entender as suas relações com a política partidária para traçar o caminho do jornalismo político partidário no século XIX no Rio Grande do Norte. O contexto político e a trajetória dos seus partícipes se tornam essenciais para entender a forma como se construíram e como se fizeram jornais no Rio Grande do Norte.

### **Referências**

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Os inventores: um ensaio de prosopografia. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1800–1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. 1824a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm).

BRASIL. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834**. 1834b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824--1899/lei-16--12-agosto-1834--532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>.

BRASIL. **Decreto 842, de 19 de setembro de 1855**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824--1899/decreto-842--19-setembro-1855--558297-publicacaooriginal-79444-pl.html>.

BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. Profissionalização do Jornalismo no Brasil: Raízes Portuguesas. **Âncora**, v. 10, n. 2, 2023.

História do jornalismo no Rio Grande do Norte: jornalismo e política na província

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Uma história da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte**: conclusões, pesquisas e documentos. Natal/RN: Fundação José Augusto, 1972.

FERNANDES, Luiz. **A imprensa periódica no Rio Grande do Norte**: 1832 a 1908. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de História do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LYRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal/RN: Edufrn, 2008.

Recebido em 3 jun. 2025. Aprovado em 9 jul. 2025.